

OBESP OBSERVATÓRIO DA ECONOMIA SOCIAL EM PORTUGAL



ESTUDO DE CARATERIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS PORTUGUESAS 2012 - 2013

ESTUDO REALIZADO PELO OBESP (CIRIEC PORTUGAL)
OBESP – OBSERVATÓRIO DA ECONOMIA SOCIAL EM PORTUGAL

ESTE ESTUDO TEVE O APOIO DA CASES
COOPERATIVA ANTÓNIO SÉRGIO PARA A ECONOMIA SOCIAL





Introdução	4
Tratamento de dados	7
Distribuição da amostra	8
Análise de resultados	9
Posse de estatutos	10
Regiões de atuação	12
Desenvolvimento de atividades fora da freguesia de localização da sede	14
Desenvolvimento de atividades fora do concelho de localização da sede	15
Desenvolvimento de atividades fora do distrito de localização da sede	16
Posse delegações a nível internacional	17
Posse de delegações /representações/afiliações	18
Grupos alvo das cooperativas	19
Estrutura do emprego	21
Emprego – admissão de trabalhadores	22
Emprego – demissão de trabalhadores	24
Saldo de emprego	26
Fontes de financiamento	28
Conselho Científico do OBESP	30

INTRODUÇÃO



CONDIÇÕES PRÉVIAS

Para a realização do presente trabalho utilizou-se a base de dados de cooperativas da CASES na qual estão identificadas 2.515 cooperativas.

Nesta base de dados estavam previstas várias informações relativas às variáveis de estratificação da amostra, ao domicílio, ao número de telefone fixo e à direção de e-mail: no total das 2.515 cooperativas, 1.782 tinham a indicação do número de telefone, o que corresponde a 71% daquele total.

Na base de dados decorrente do universo assim definido constavam um conjunto de informações relativo a diversas variáveis: região (concelho / distrito), atividade e, consoante os casos, número de trabalhadores ou faturação anual. Procedeu-se a uma recodificação destas variáveis que permitiu a obtenção de 36 estratos em que simultaneamente se cruzam as variáveis REGIÃO (4 categorias: Norte – distritos de Bragança, Vila Real, Braga, Viana do Castelo e Porto; Centro – distritos da Guarda, Viseu, Aveiro, Coimbra, Leiria, Santarém e Castelo Branco; Lisboa/Setúbal – correspondendo aos mesmos distritos; Sul – distritos de Portalegre, Évora, Beja e Faro e Regiões Autónomas:), ATIVIDADE (2 X 2 níveis: Produção e Serviços; Agrícolas e Não agrícolas) e DIMENSÃO (3 níveis: com menos 10 trabalhadores, com 10 a 40 trabalhadores e com mais de 40 trabalhadores).

Do ponto de vista da atividade das cooperativas, optámos por as caracterizar de forma dupla: primeiro separando-as em "agrícolas" e "não agrícolas" e, seguidamente, nas categorias de "produção" e de "serviços".

A dicotomização de uma variável implica sempre alguma perda de informação, mas proporciona um ganho considerável em termos de erro probabilístico, o que se torna fundamental quando se trabalha com pequenas amostras, como é o presente caso.

Assim, as cooperativas agrícolas de transformação são incluídas no grupo de "produção", já que, embora recebam um produto que transformam (prestando um serviço aos produtores), resulta da sua atividade um produto final destinado ao mercado.

Por outro lado, as cooperativas "polivalentes" são classificadas no grupo de "serviços" já que a sua atividade as aproxima da comercialização (antiga designação de "mistas").

Quanto às cooperativas "não agrícolas" a distinção entre de "produção" e de "serviços" é direta, não gerando problemas assinaláveis de classificação.

Cada cooperativa do universo foi colocada em cada um dos estratos gerados pelo cruzamento das referidas variáveis relativas à região, à atividade e à dimensão.

INTRODUÇÃO



CONDIÇÕES PRÉVIAS (...)

Posteriormente foi definida uma amostra de cem cooperativas a partir da extração aleatória simples em cada um desses estratos de um número não proporcional de cooperativas. Efetivamente, a análise da variância relativa à variável "dimensão" das cooperativas aconselha que não seja usada um princípio de proporcionalidade amostral. Obteve-se, assim, uma amostra aleatória estratificada e de imputação não proporcional, representativa do universo definido.

A técnica adotada para a recolha de dados foi mista: via internet, após estímulo telefónico realizado junto do próprio respondente, motivando-o para responder ao inquérito através da explicação dos seus objetivos principais. Efetivamente, o tipo de questões abordadas e a própria dimensão do questionário criaram dificuldades na recolha de informação por via telefónica, facto, aliás, para o qual o pré-inquérito havia chamado a atenção.

A obtenção da informação via internet permitiu a notação das respostas num documento que, apesar de virtual, continha as características de um documento comum em que se anotam as respostas em regime de autopreenchimento.

A opção técnica recaiu sobre o programa SURVEYMONKEY que permite a criação do questionário, a gestão dos contactos e dos e-mails de convite de colaboração. Os entrevistados receberam um e-mail personalizado em que era dada uma breve explicação do estudo e das entidades (CIRIEC Portugal e CASES) que o patrocinavam. Era igualmente enviado um link de acesso imediato ao questionário que permitia ao potencial entrevistado responder de forma amigável e assistida a todas as perguntas. Mal o entrevistado terminava o questionário e clicava na caixa "Concluído" os dados era albergados automaticamente na base do estudo. Este programa largamente testado é utilizado a nível mundial por milhares de utilizadores entre os quais as maiores empresas mundiais e permite uma gestão integrada de recursos e de análise inicial de dados.

O programa SURVEYMONKEY apresentava ainda a vantagem adicional de não permitir que o respondente quando confrontado com uma dada pergunta pudesse conhecer as perguntas que se lhe seguiam, o que, eventualmente, poderia condicionar as próprias respostas à pergunta inicial.

A escolha adotada conduziu à necessidade de criar uma base de dados onde, para além das variáveis já referidas, constasse, ao mesmo tempo, uma direção de e-mail da pessoa identificada telefonicamente como sendo o respondente das cooperativas selecionadas para constituírem a amostra do estudo.

INTRODUÇÃO



CONDIÇÕES PRÉVIAS (...)

A BASE DE DADOS DO ESTUDO

Na decorrência dos muitos contactos telefónicos realizados, foram enviados 5 vagas de e-mails solicitando a colaboração no estudo. Ao fim de três vagas realizaram-se novos contactos telefónicos, com vista a procurar manter a disponibilidade de resposta das cooperativas selecionadas para a amostra tendo em conta os diferentes estratos já referenciados.

Duas vezes por semana procedeu-se ao controlo das respostas em função destes estratos, sendo possível encerrar os trabalhos de recolha da informação quando foi atingido o número de cento e cinco entrevistas por se ter verificado que os desvios em relação à amostra pretendida não colocavam em causa a sua representatividade em relação ao último universo definido.

Dos cento e cinco inquiridos, houve cem que responderam total ou parcialmente ao questionário. Depois do processo de verificação dos dados recolhidos foram eliminados 5 respostas por terem respondido apenas a poucas perguntas.

Uma análise comparada das caraterísticas conhecidas (ficheiro de base) das cooperativas contactadas que não responderam ao inquérito com aquelas que responderam permite concluir que não existiu enviesamento sistemático entre respondentes e não respondentes.

TRATAMENTO DE DADOS



RECOLHA DE DADOS

Os dados foram recolhidos entre 26 de Novembro de 2012 e 28 de Fevereiro de 2013.

REEQUILIBRAGEM DOS DADOS

Aproveitando os registos que possuíam toda a informação necessária à segmentação do universo de cooperativas (região, atividade e dimensão – esta calculada a partir do número de trabalhadores) foi criada uma matriz que serviu de base à ponderação dos dados recolhidos.

Como já foi referido a propósito do processo de constituição da amostra foram criadas 2 variáveis dicotómicas relativas à atividade (Produção e Serviços por um lado e , por outro, cooperativas Agrícolas e Não agrícolas), 4 categorias de região (Norte – distritos de Bragança, Vila Real, Braga, Viana do Castelo e Porto; Centro – distritos da Guarda, Viseu, Aveiro, Coimbra, Leiria, Santarém e Castelo Branco; Lisboa/Setúbal – correspondendo aos mesmos distritos; Sul – distritos de Portalegre, Évora, Beja, Faro e Regiões Autónomas) e 3 categorias de dimensão – com menos de 10 trabalhadores, com 10 a 40 trabalhadores e com mais de 40 trabalhadores.

Como resultado dos condicionalismos referidos na realização dos trabalhos de recolha da informação, a amostra obtida é aleatória, estratificada, de imputação não proporcional, pelo que para ser representativa, teve de ser reequilibrada em função da distribuição no universo das variáveis de estratificação acima definidas.

APURAMENTO DOS DADOS

Dos dados recolhidos foram calculadas tabelas bivariadas e gráficos de ilustração visual. Em alguns casos recorreu-se à codificação/agrupamento das variáveis iniciais em novas categorias. Incluem-se no relatório as tabelas obtidas sempre que se justifique para a compreensão dos dados. O uso de percentagens nas situações em que a base de cálculo é inferior a cem justifica-se para facilitação de comparações.





Tabela DA1 – Região por Setor de atividade

		Setor de atividade													
	Produçã		Serviços		Agrícola		Não a	agrícola	Total						
Norte	3	15,8	20	24,7	6	25,0	17	22,4	23	23,0					
Centro	9	47,4	18	22,2	11	45,8	16	21,1	27	27,0					
Lisboa/Setúbal	2	10,5	28	34,6	2	<i>8,3</i>	28	<i>36,8</i>	30	<i>30,0</i>					
Sul	5	26,3	15	18,5	5	20,8	15	19,7	20	20,0					
Total	19	100,0	81	100,0	24	100,0	76	100,0	100	100,0					

Tabela DA2 – Dimensão por Setor de atividade

		Setor de atividade												
	Pro	dução	Sei	Serviços		rícola	Não	agrícola	Total					
< 10 trab.	10	<i>52,6</i>	22	27,2	12	50,0	20	26,3	32	32,0				
10 a 40 trab.	6	<i>31,6</i>	31	<i>38,3</i>	8	<i>33,3</i>	29	38,2	37	<i>37,0</i>				
> 40 trab.	3	15,8	28	<i>34,6</i>	4	<i>16,7</i>	27	<i>35,5</i>	31	31,0				
Total	19	100,0	81	100,0	24	100,0	76	100,0	100	100,0				

Tabela DA3 - Setores de atividade

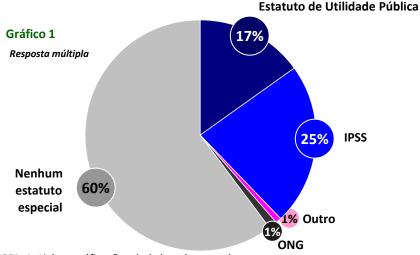
			Setor d	e atividade			
	Agı	rícola	Não a	agrícola	Total		
Produção	19	79,2	0	0,0	19	19,0	
Serviços	5	20,8	76	100,0	81	<i>81,0</i>	
Total	24	100,0	76	100,0	100	100,0	



ANÁLISE DE RESULTADOS

POSSE DE ESTATUTOS





NOTA: As % deste gráfico são calculadas sobre o total de respostas e não sobre o total de cooperativas como é o caso na tabela junto.

Uma vez que o acesso aos estatutos especiais não é aberto a todos os ramos cooperativos (só duas cooperativas agrícolas usufruem do Estatuto de Utilidade Pública), são as cooperativas de Serviços, nomeadamente as de Solidariedade Social, que recolhem a maioria dos estatutos atribuídos.

As cooperativas com estatuto de IPSS encontram-se melhor representadas na região de Lisboa/Setúbal.

Tabela 1 – Posse de estatuto por região (*)

		Região											
	N	orte	Centro		Lisboa/Setúbal		Sul		Total				
IPSS	5	21,7	3	11,1	12	40,0	5	25,0	25	25,0			
Estatuto de Utilidade Pública	4	17,4	3	11,1	4	13,3	6	30,0	17	17,0			
Outro	1	4,3	0	0,0	2	<i>6,7</i>	0	0,0	3	<i>3,0</i>			
Nenhum estatuto especial	16	<i>69,6</i>	22	<i>81,5</i>	17	<i>56,7</i>	12	60,0	67	<i>67,0</i>			
Base	23	100,0	27	100,0	30	100,0	20	100,0	100	100,0			

^(*) Há cooperativas com mais que um estatuto. O total de respostas (estatutos) é de 111.

As percentagens de respostas não são calculadas sobre o total de respostas, mas sim sobre o total de cooperativas de cada coluna.

É por esta razão que a soma das percentagens de uma coluna pode ser superior a cem.

POSSE DE ESTATUTOS



Tabela 2 – Posse de estatuto por Setor (*)

		Setor de atividade											
	Pro	Produção		Serviços		Agrícola		agrícola	Total				
IPSS	0	0,0	25	30,9	0	0,0	25	33,5	25	25,0			
Estatuto de Utilidade Pública	1	<i>5,3</i>	16	19,8	1	4,2	16	20,7	17	17,0			
Outro	0	0,0	3	3,7	0	0,0	3	3,9	3	3,0			
Nenhum estatuto especial	18	94,7	49	60,5	23	94,1	44	58,5	67	<i>67,0</i>			
Base	19	100,0	81	100,0	24	100,0	76	100,0	100	100,0			

Tabela 3 – Posse de estatuto por dimensão (*)

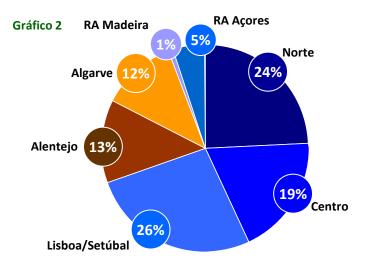
		Dimensão										
	< 10) trab.	10 a	40 trab.	> 40	trab.	Total					
IPSS	2	6,3	6	16,2	17	54,8	25	25,0				
Estatuto de Utilidade Pública	0	0,0	3	8,1	14	45,2	17	17,0				
Outro	2	2 <i>6,3</i>		0,0	1	3,2	3	3,0				
Nenhum estatuto especial	29	90,6	28	<i>75,7</i>	10	<i>32,3</i>	67	<i>67,0</i>				
Base	32	100,0	37	100,0	31	100,0	100	100,0				

^(*) Há cooperativas com mais que um estatuto. O total de respostas (estatutos) é de 111.

As percentagens de respostas não são calculadas sobre o total de respostas, mas sim sobre o total de cooperativas de cada coluna. É por esta razão que a soma das percentagens de uma coluna pode ser superior a cem.

REGIÕES DE ATUAÇÃO





Nota: valores recalculados para 100%

Tabela 4 – Regiões de atuação por região (*)

		Região											
	Norte Centro		LX/ST		Sul		Total						
Norte	23	100,0	5	18,5	4	13,3	0	0,0	32	32,0			
Centro	3	<i>13,0</i>	20	74,1	3	10,0	0	0,0	26	26,0			
Lisboa e Vale do Tejo	3	13,0	8	29,6	25	<i>83,3</i>	0	0,0	36	36,0			
Alentejo	1	4,3	1	3,7	6	20,0	10	<i>50,0</i>	18	18,0			
Algarve	3	13,0	1	3,7	6	20,0	6	30,0	16	16,0			
Região Autónoma dos Açores	1	4,3	1	3,7	1	3,3	4	20,0	7	7,0			
Região Autónoma da Madeira	0	0,0	1	3,7	0	0,0	0	0,0	1	1,0			
Base	23	100,0	27	100,0	30	100,0	20	100,0	100	100,0			

^(*) Há cooperativas que actuam em várias regiões.. O total de respostas é de 137.

As percentagens de respostas não são calculadas sobre o total de respostas, mas sim sobre o total de cooperativas de cada coluna. É por esta razão que a soma das percentagens de uma coluna pode ser superior a cem.

REGIÕES DE ATUAÇÃO



Tabela 5 – Regiões de atuação por Setor

				S	etor de	atividade				
	Produção		Serviços		Agrícola		Não agrícola		To	otal
Norte	7	36,8	26	32,1	10	41,7	23	30,3	33	33,0
Centro	7	<i>36,8</i>	19	23,5	9	<i>37,5</i>	17	22,4	26	26,0
Lisboa e Vale do Tejo	8	42,1	28	34,6	9	<i>37,5</i>	27	<i>35,5</i>	36	<i>36,0</i>
Alentejo	3	15,8	15	18,5	4	16,7	14	18,4	18	18,0
Algarve	4	21,1	12	14,8	5	20,8	11	14,5	16	16,0
Região Autónoma dos Açores	3	15,8	4	4,9	2	8,3	5	6,6	7	7,0
Região Autónoma da Madeira	0	0,0	1	1,2	0	0,0	1	1,3	1	1,0
Base	19	100,0	81	100,0	24	100,0	76	100,0	100	100,0

Tabela 6 – Regiões de atuação por Dimensão

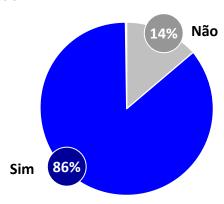
				Dimer	ısão			
	< 10	< 10 trab.		40 trab.	> 40	trab.	Total	
Norte	14 <i>43,8</i>		12	32,4	7	22,6	33	33,0
Centro	10	<i>31,3</i>	8	21,6	8	25,8	26	26,0
Lisboa e Vale do Tejo	13	40,6	12	32,4	11	<i>35,5</i>	36	<i>36,0</i>
Alentejo	4	12,5	6	<i>16,2</i>	8	25,8	18	18,0
Algarve	8	25,0	4	10,8	4	12,9	16	16,0
Região Autónoma dos Açores	2	<i>6,3</i>	3	8,1	2	<i>6,5</i>	7	7,0
Região Autónoma da Madeira	1	3,1	0	0,0	0	0,0	1	1,0
Base	32	100,0	37	100,0	31	100,0	100	100,0

As cooperativas agrícolas são as com melhor cobertura regional.

DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES FORA DA FREGUESIA DE LOCALIZAÇÃO DA SEDE



Gráfico 3



A maioria das cooperativas desenvolve a sua atividade pelo menos a nível concelhio. No entanto, cerca de 14% dessas cooperativas limita a sua atividade ao nível de freguesia.

Tabela 7 – Atividades fora da freguesia por Região

		Região													
	N	lorte	Centro		LX/ST		Sul		Total						
Sim	19	82,6	22	81,5	28	93,3	17	85,0	86	86,0					
Não	4	17,4	5	18,5	2	<i>6,7</i>	3	15,0	14	14,0					
Total	23	100,0	27	100,0	30	100,0	20	100,0	100	100,0					

Tabela 8 – Atividades fora da freguesia por Setor

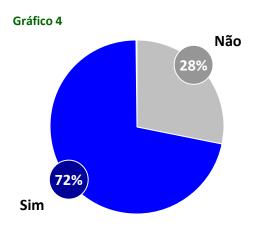
		Setor de atividade												
	Pro	dução	Sei	viços	Agı	rícola	Não a	agrícola	Total					
Sim	15	<i>78,9</i>	71	87,7	20	<i>83,3</i>	66	86,8	86	86,0				
Não	4	21,1	10	12,3	4	<i>16,7</i>	10	13,2	14	14,0				
Total	19	100,0	81	100,0	24	100,0	76	100,0	100	100,0				

Tabela 9 – Atividades fora da freguesia por Dimensão

		Dimensão											
	< 1	0 trab.	10 a 4	10 trab.	> 40) trab.	Total						
Sim	26	81,3	31	83,8	29	93,5	86	86,0					
Não	6	18,8	6	<i>16,2</i>	2	<i>6,5</i>	14	14,0					
Total	32	100,0	37	100,0	31	100,0	100	100,0					

DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES FORA DO CONCELHO DE LOCALIZAÇÃO DA SEDE





Cerca de 28% das cooperativas não desenvolve atividade para lá do concelho da sua sede, sendo mais acentuado no Sul, tocando de novo mais as cooperativas não agrícolas e de média dimensão.

Tabela 10 – Atividades fora do concelho por Região

		Região											
	N	lorte	Ce	entro	L	C/ST		Sul	Total				
Sim	17	73,9	21	77,8	24	80,0	10	50,0	72	72,0			
Não	6	26,1	6	22,2	6	20,0	10	50,0	28	28,0			
Total	23	100,0	27	100,0	30	100,0	20	100,0	100	100,0			

Tabela 11 – Atividades fora do concelho por Setor

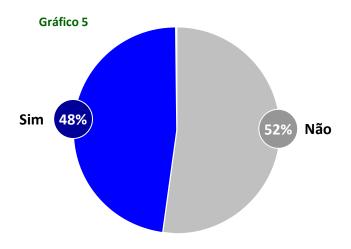
					Setor de	atividade				
	Pro	dução	Ser	viços	Agr	ícola	Não a	grícola	To	otal
Sim	16	84,2	56	69,1	20	<i>83,3</i>	52	68,4	72	72,0
Não	3	15,8	25	<i>30,9</i>	4	16,7	24	<i>31,6</i>	28	28,0
Total	19	100,0	81	100,0	24	100,0	76	100,0	100	100,0

Tabela 12 – Atividades fora do concelho por Dimensão

		Dimensão											
	< 1	0 trab.	ıb. 10 a 40 trab. > 40 trab. Total										
Sim	26	81,3	22	59,5	24	77,4	72	72,0					
Não	6	18,8	15	40,5	7	22,6	28	28,0					
Total	32	100,0	37	100,0	31	100,0	100	100,0					

DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES FORA DO DISTRITO DE LOCALIZAÇÃO DA SEDE





Praticamente metade das cooperativas estendem a sua ação comercial para fora do distrito.

Este dinamismo é mais acentuado entre as cooperativas de pequena dimensão. No Sul e entre as Não agrícolas a concentração das atividades no próprio distrito da sede é mais intenso.

Tabela 13 – Atividades fora do distrito por Região

					F	Região				
	N	orte	Ce	entro	L	x/ST		Sul	To	tal
Sim	13	56,5	16	59,3	15	50,0	4	20,0	48	48,0
Não	10	43,5	11	40,7	15	50,0	16	80,0	52	<i>52,0</i>
Total	23	100,0	27	100,0	30	100,0	20	100,0	100	100,0

Tabela 14 – Atividades fora do distrito por Setor

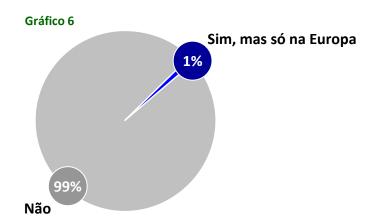
		Setor de atividade										
	Pro	dução	Sei	rviços	Ag	Não a	agrícola	Total				
Sim	14	73,7	34	42,0	18	75,0	30	<i>39,5</i>	48	48,0		
Não	5	<i>26,3</i>	47	<i>58,0</i>	6	25,0	46	60,5	52	<i>52,0</i>		
Total	19	100,0	81	100,0	24	100,0	76	100,0	100	100,0		

Tabela 15 – Atividades fora do distrito por Dimensão

		Dimensão											
	< 1	< 10 trab. 10 a 40 trab. > 40 trab. Total											
Sim	20	62,5	14	37,8	14	45,2	48	48,0					
Não	12	<i>37,5</i>	23	<i>62,2</i>	17	<i>54,8</i>	52	<i>52,0</i>					
Total	32	100,0	37	100,0	31	100,0	100	100,0					

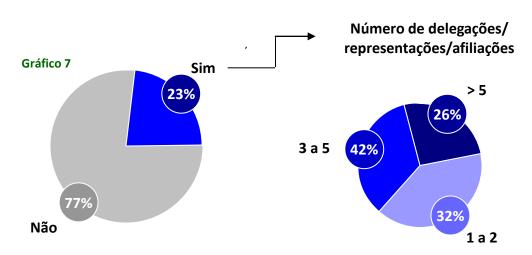
POSSE DELEGAÇÕES A NÍVEL INTERNACIONAL





É um caso isolado, pelo que os mercados externos não serão uma prioridade para as cooperativas. Muitas devido à sua atividade, demasiado ligada a uma população ou atividade local, outras por naturais limites, não trabalharão para o mercado externo. Outras haverá que o fazem, mas não necessitam ou não conseguem ter delegações físicas no exterior.

POSSE DE DELEGAÇÕES / REPRESENTAÇÕES / AFILIAÇÕES



Cerca de 1/4 das cooperativas tem pelo menos mais do que uma instalação para além da sede social, deste quarto cerca de dois terços (cerca de 16% do total) têm mais de duas instalações.

POSSE DE DELEGAÇÕES / REPRESENTAÇÕES / AFILIAÇÕES



As cooperativas de produção, essencialmente de pequena dimensão (< 10 trabalhadores) e as agrícolas, quase não possuem instalações para lá da sede social.

Cerca de 1/4 das empresas de serviços possuem várias instalações.

Quanto maior é a dimensão da cooperativa maior é o número de instalações que possuem.

Tabela 16 – Posse de delegações/representações/afiliações por região

					R	legião					
	N	lorte	Ce	entro	D	K/ST	,	Sul	Total		
Sim	5	21,7	6	22,2	6	20,0	6	30,0	23	23,0	
Não	18	<i>78,3</i>	21	77,8	24	80,0	14	70,0	77	77,0	
Total	23	100,0	27	100,0	30	100,0	20	100,0	100	100,0	

Tabela 17 - Posse de delegações/representações/afiliações por Setor

		Setor de atividade											
	Pro	dução	Ser	viços	Agı	rícola	Não <i>i</i>	Agrícola	Total				
Sim	2	10,5	21	25,9	3	12,5	20	26,3	23	23,0			
Não	17	<i>89,5</i>	60	74,1	21	<i>87,5</i>	56	73,7	77	77,0			
Total	19	100,0	81	100,0	24	100,0	76	100,0	100	100,0			

Tabela 18 – Posse de delegações/representações/afiliações por dimensão

		Dimensão											
	< 1	< 10 trab. 10 a 40 trab. > 40 trab. Total											
Sim	2	6,3	8	21,6	13	41,9	23	23,0					
Não	30	<i>93,8</i>	29	78,4	18	58,1	77	77,0					
Total	32	100,0	37	100,0	31	100,0	100	100,0					

GRUPOS ALVO DAS COOPERATIVAS





GRUPOS ALVO DAS COOPERATIVAS



Tabela 19 – Grupos alvo das cooperativas por Setor

				9	Setor de at	ividade				
	Pro	dução	Ser	viços	Agr	rícola	Não a	grícola	To	otal
Membros da cooperativa	19	100,0	54	66,7	24	100,0	49	64,5	73	73,0
Pessoas com deficiência e/ou incapacidade	0	0,0	24	29,6	0	0	24	31,6	24	24,0
Crianças e/ou adolescentes	0	0,0	22	27,2	0	0	22	28,9	22	22,0
Idosos	0	0,0	13	16,0	0	0	13	17,1	13	13,0
Pessoas em situação de pobreza	0	0,0	13	<i>16,0</i>	0	0	13	17,1	13	13,0
Desempregados	0	0,0	12	14,8	0	0	12	15,8	12	12,0
Mulheres	0	0,0	12	14,8	0	0	12	<i>15,8</i>	12	12,0
Imigrantes	0	0,0	8	9,9	0	0	8	10,5	8	8,0
Organizações de âmbito local	0	0,0	8	9,9	0	0	8	10,5	8	8,0
Minorias étnicas	0	0,0	6	7,4	0	0	6	7,9	6	<i>6,0</i>
Administração local	0	0,0	5	<i>6,2</i>	0	0	5	<i>6,6</i>	5	5,0
População em geral	0	0,0	3	3,7	0	0	3	3,9	3	3,0
Reclusos e/ou ex-reclusos	0	0,0	2	2,5	0	0	2	2,6	2	2,0
Toxicodependentes	0	0,0	2	2,5	0	0	2	2,6	2	2,0
Agentes Culturais	0	0,0	1	1,2	0	0	1	1,3	1	1,0
Outro	0	0,0	6	7,4	0	0	6	7,9	6	6,0
Total	19	100,0	81	100,0	24	100,0	76	100,0	100	100,0

As cooperativas de Produção e Agrícolas trabalham exclusivamente em prol dos seus membros.

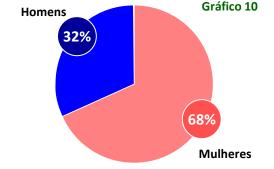
São as cooperativas de serviços que cobrem um largo espectro de beneficiários, sejam eles ou não membros da cooperativa. O apoio prestado por algumas cooperativas de solidariedade social cobre uma parte importante da população desfavorecida ou incapacitada.

ESTRUTURA DO EMPREGO

PORTUGAL
CEEPS - Centro de Estudos de Economia Pública e Social

Tabela 20 – Tipo de contrato de trabalho por Género

	Sem t	termo	Term	Termo certo		Independente		Estágio		erção	Total	
Mulheres	1.543	<i>65,0</i>	563	80,2	151	61,9	27	60,0	47	<i>75,8</i>	2.331	68,0
Homens	831	<i>35,0</i>	139	19,8	93	38,1	18	40,0	15	24,2	1.096	32,0
Total	2.374	100,0	702	100,0	244	100,0	45	100,0	62	100,0	3.427	100,0



Cerca de 68% dos trabalhadores das cooperativas são do género feminino.

Os trabalhadores efetivos representam cerca de 70% do total dos trabalhadores ao serviço.

A percentagem de trabalhadores efetivos é ligeiramente superior entre os homens.

A maioria dos trabalhadores a termo certo são mulheres.

Os trabalhadores em estágio e sob contratos de emprego-inserção têm um valor marginal.

Tabela 21 – Tipo de contrato de trabalho por Setor

					Setor d	e atividad	de			
	Proc	lução	Serv	/iços	Agr	ícola	Não a	grícola	To	tal
Contrato sem termo	269	71,5	2.105	69,0	376	<i>76,9</i>	1.998	68,0	2.374	<i>69,3</i>
Contrato a termo certo	93	24,7	609	20,0	97	19,8	605	20,6	702	20,5
Trabalho independente	9	2,4	235	7,7	9	1,8	235	8,0	244	7,1
Estágio	2	0,5	43	1,4	3	0,6	42	1,4	45	1,3
Contrato emprego-inserção	3	0,8	59	1,9	4	0,8	58	2,0	62	1,8
Total	376	100,0	3.051	100,0	489	100,0	2.938	100,0	3.427	100,0



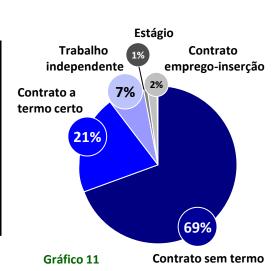




Tabela 22 - Admissão de trabalhadores por Setor

					Setor o	le ativida	de			
	Pro	dução	Ser	viços	Agı	rícola	Não a	grícola	То	tal
Admitiram trabalhadores	10	52,6	44	<i>54,3</i>	13	54,2	41	<i>53,9</i>	54	54,0
Não admitiram trabalhadores	9	47,4	37	45,7	11	45,8	35	46,1	46	46,0
Total	19	100,0	81	100,0	24	100,0	76	100,0	100	100,0

Gráfico 12

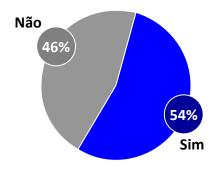


Tabela 23 – Admissão de trabalhadores por dimensão

		Dimensão										
	< 1	0 trab.	10 a	40 trab.	> 40	trab.	To	otal				
Admitiram trabalhadores	8	25,0	19	51,4	27	87,1	54	54,0				
Não admitiram trabalhadores	24	<i>75,0</i>	18	48,6	4	12,9	46	46,0				
Total	32	100,0	37	100,0	31	100,0	100	100,0				

A admissão de trabalhadores pelas cooperativas não depende do Setor de atividade a que se dedicam, mas sim da dimensão que têm.

Tabela 24 – Admissão de trabalhadores por região

					R	egião				
	N	orte	Ce	ntro	L	K/ST		Sul	To	otal
Admitiram trabalhadores	11	47,8	15	<i>55,6</i>	16	53,3	12	60,0	54	54,0
Não admitiram trabalhadores	12	52,2	12	44,4	14	46,7	8	40,0	46	46,0
Total	23	100,0	27	100,0	30	100,0	20	100,0	100	100,0

Tendencialmente, entre as cooperativas da região Norte são mais as que não admitiram trabalhadores do que as que admitiram, o que contraria a situação observada nas restantes regiões.



Tabela 25 – Número de trabalhadores admitidos por Tipo de contrato e por Género

	Sem	termo	Termo certo		Independente		Estágio		Inserção		Total	
Mulheres	64	<i>85,3</i>	163	69,7	64	80,0	24	64,9	47	92,2	362	<i>75,9</i>
Homens	11	14,7	71	30,3	16	20,0	13	<i>35,1</i>	4	7,8	115	24,1
Total	75	100,0	234	100,0	80	100,0	37	100,0	51	100,0	477	100,0

Mulheres 24%
Homens

Existe uma clara diferença por género. As cooperativas admitiram mais do dobro de mulheres do que de homens.

Tabela 26 – Número de trabalhadores admitidos por Tipo de contrato

		Setor de atividade											
	Pro	Produção		Serviços		Agrícola		grícola	Total				
Contrato sem termo	1	5,0	74	16,2	2	7,7	73	16,2	75	15,7			
Contrato a termo certo	15	<i>75,0</i>	219	47,9	20	76,9	214	47,5	234	49,1			
Trabalho independente	1	5,0	79	17,3	1	3,8	79	17,5	80	16,8			
Estágio	2	10,0	35	7,7	2	7,7	35	7,8	37	7,8			
Contrato emprego-inserção	1	5,0	50	10,9	1	3,8	50	11,1	51	10,7			
Total	20	100,0	457	100,0	26	100,0	451	100,0	477	100,0			

Emprego-inserção
Contrato sem termo
11%
Estágio 8%

Trabalho
independente
49%

Contrato a termo certo

Gráfico 14

A admissão de trabalhadores com contrato a termo certo é uma prática corrente nas cooperativas agrícolas (lembramos que a maioria destas cooperativas são de produção, tal como foi definida na introdução do estudo), o que se entende dada a sazonalidade dos produtos que laboram.

A admissão de trabalhadores efetivos, a contratação de trabalhadores independentes e a celebração de contratos emprego-inserção é prática mais comum nas cooperativas de serviços.



Tabela 27 – Demissão de trabalhadores por Setor

					Setor d	le ativida	de			
	Pro	dução	Ser	viços	Agı	rícola	Não a	grícola	To	tal
Despediram trabalhadores	7	36,8	30	37,0	8	33,3	29	38,2	37	37,0
Não despediram trabalhadores	12	<i>63,2</i>	51	<i>63,0</i>	16	66,7	47	61,8	63	63,0
Total	19	100,0	81	100,0	24	100,0	76	100,0	100	100,0

Gráfico 15

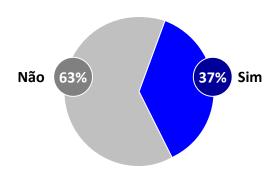


Tabela 28 – Demissão de trabalhadores por Dimensão

				Dime	ensão			
	< 1	.0 trab.	10 a	40 trab.	> 40	trab.	To	otal
Despediram trabalhadores	6	18,8	11	29,7	20	64,5	37	37,0
Não despediram trabalhadores	26	<i>81,3</i>	26	<i>70,3</i>	11	<i>35,5</i>	63	<i>63,0</i>
Total	32	100,0	37	100,0	31	100,0	100	100,0

Tabela 29 - Demissão de trabalhadores por Região

		Região											
	N	lorte	Ce	entro	L	K/ST		Sul	Т	otal			
Despediram trabalhadores	6	26,1	10	37,0	11	36,7	10	50,0	37	37,0			
Não despediram trabalhadores	17	<i>73,9</i>	17	<i>63,0</i>	19	<i>63,3</i>	10	50,0	63	<i>63,0</i>			
Total	23	100,0	27	100,0	30	100,0	20	100,0	100	100,0			

A demissão de trabalhadores pelas cooperativas não depende do Setor de atividade a que se dedicam, mas sim da dimensão que têm, sendo as de maior dimensão as que mais dispensam trabalhadores.

Regionalmente, é no sul que se verifica uma maior proporção de cooperativas com despedimentos.



Tabela 30 – Número de trabalhadores demitidos por Tipo de contrato e por Género

	Sem	termo	Term	o certo	Indepe	endente	Est	:ágio	Inse	erção	To	tal
Mulheres	10	76,9	11	50,0	33	64,7	13	68,4	15	83,3	82	66,7
Homens	3	23,1	11	50,0	18	<i>35,3</i>	6	31,6	3	16,7	41	<i>33,3</i>
Total	13	100,0	22	100,0	51	100,0	19	100,0	18	100,0	123	100,0

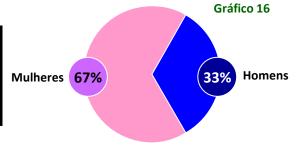
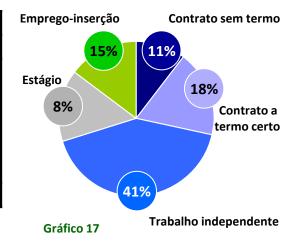


Tabela 31 – Número de trabalhadores demitidos por Tipo de contrato

		Setor de atividade										
	Pro	dução	Ser	viços	Agı	rícola	Não a	grícola	To	otal		
Contrato sem termo	0	0,0	13	12,5	0	0,0	13	12,4	13	10,6		
Contrato a termo certo	0	0,0	22	21,2	0	0,0	22	21,0	22	17,9		
Trabalho independente	12	<i>63,2</i>	39	37,5	12	66,7	39	37,1	51	41,5		
Estágio	7	36,8	12	11,5	6	33,3	13	12,4	19	15,4		
Contrato emprego-inserção	0	0,0	18	17,3	0	0,0	18	17,1	18	14,6		
Total	19	100,0	104	100,0	18	100,0	105	100,0	123	100,0		



SALDO DE EMPREGO



Tabela 32 – Saldo de emprego por Tipo de contrato e por Género

	Sem termo	Termo certo	Independente	Estágio	Inserção	Total
Mulheres	54	152	31	11	32	280
% var.	3,5	27,0	20,5	40,7	<i>68,1</i>	12,0
Homens	8	60	-2	7	1	74
% var.	1,0	43,2	-2,2	38,9	6,7	6,8
Total	62	212	29	18	33	354
% var.	2,6	30,2	11,9	40,0	<i>53,2</i>	10,3

Cerca de metade das cooperativas admitiu trabalhadores durante o ano de 2012, mas só 37% demitiu colaboradores durante o mesmo período.

O saldo entre admissões e despedimentos é positivo (10,3%), sendo as mulheres as mais beneficiadas por este aumento.

Apesar das bases serem muito reduzidas, parece que no caso das mulheres o programa de inserção-emprego terá algum sucesso, o mesmo não se podendo dizer no caso dos homens.

Os trabalhadores estagiários aumentaram cerca de 40% durante o ano de 2012. Foi o maior aumento registado parecendo que este tipo de contrato terá algum sucesso. O aumento de contratos sem termo foi o que apresentou menor crescimento.

Tabela 33 – Admissão e dispensa de trabalhadores por Estatuto IPSS

	Admissão de trabalhadores						Demissão de trabalhadores						
	Sim		Não		Total		Sim		Não		Total		
Com estatuto de IPSS	21	84,0	4	16,0	25	100,0	12	48,0	13	<i>52,0</i>	25	100,0	
Sem estatuto de IPSS	33	44,0	42	56,0	75	100,0	25	<i>33,3</i>	50	66,7	75	100,0	
Total	54	54,0	46	46,0	100	100,0	37	100,0	63	100,0	100	100,0	

As maiores movimentações de entrada e saída de trabalhadores observou-se nas cooperativas que têm estatuto de IPSS, sendo de sinal positivo pois foram mais as que admitiram trabalhadores, do que as que demitiram.

SALDO DE EMPREGO



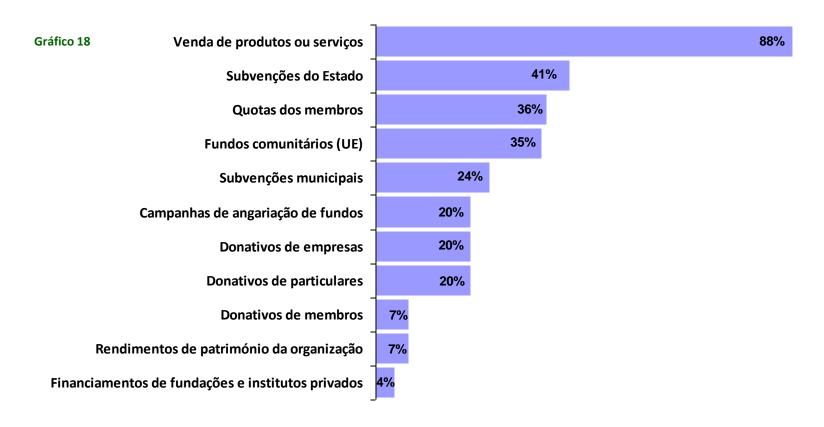
Tabela 34 – Saldo de emprego por Setor de atividade

	Setor de atividade									
	Produção		Serviços		Agrícola		Não agrícola		Total	
Saldo admissões/demissões	1	0,3	353	11,6	8	1,6	346	11,8	354	10,3

As cooperativos de serviços não agrícolas são as principais responsáveis do aumento de emprego no Setor cooperativo abrangido neste estudo.

FONTES DE FINANCIAMENTO





Resposta múltipla (como a base é o número de cooperativas a soma é superior a 100%)

FONTES DE FINANCIAMENTO



Tabela 35 – Fontes de financiamento por Setor de atividade

	Setor de atividade							
	Produção	Serviços	Agrícola	Não agrícola	Total			
Venda de produtos ou serviços	92,3	57,4	92,5	55,0	63,9			
Quotas dos membros	0,5	5,6	0,6	5,9	4,6			
Campanhas de angariação de fundos	0,0	3,8	0,0	4,0	3,1			
Donativos de membros	0,0	0,9	0,0	0,9	0,7			
Donativos de empresas	0,0	2,3	0,0	2,5	1,9			
Donativos de particulares	0,0	0,8	0,0	0,9	0,7			
Rendimentos de património da organização	0,0	0,2	0,0	0,2	0,2			
Financiamentos de fundações e institutos privados	0,0	0,1	0,0	0,1	0,1			
Fundos comunitários (UE)	5,8	10,6	5,7	11,3	9,9			
Subvenções do Estado	0,5	15,5	0,5	16,3	12,6			
Subvenções municipais	0,9	2,7	0,7	2,9	2,4			
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0			

Analisando a contribuição de cada rubrica no financiamento das cooperativas, destaca-se:

as cooperativas de produção e as agrícolas vivem quase exclusivamente das suas receitas comerciais e só as verbas dos Fundos Comunitários têm algum peso no seu financiamento;

as cooperativas de serviços se não recebessem subvenções oficiais e, em menor grau, doações de particulares, teriam grandes dificuldades de prestar os serviços que hoje asseguram à comunidade.



OBESP CONSELHO CIENTÍFICO

Ana Simaens, doutoranda em gestão; ISCTE – Instituto Univ. de Lisboa; Cristina Granado, doutora em sociologia; Inst. Piaget de Almada; Deolinda Meira, doutora em direito; ISCAP do Inst. Politécnico do Porto; **Gonçalo Pernas**, doutorando em DSE; ISCTE – Instituto Univ. de Lisboa; Helder Pereira, doutor em sociologia: ESGS do Inst. Politécnico de Santarém; Jorge de Sá, doutor em gestão; ISCSP da Universidade de Lisboa; Jorge Faria, doutor em gestão; ESGS do Inst. Politécnico de Santarém; José Alberto Pitacas, doutorando em gestão; Montepio Geral; **Luís Reto**, doutor em psicologia; ISCTE – Instituto Univ. de Lisboa; Manuel Belo Moreira, doutor em agronomia, ISA da Universidade de Lisboa; Maria Conceição Couvaneiro, doutora em psicologia; Universidade Lusófona; Maria Isabel Nicolau, doutora em gestão; ISCTE – Instituto Univ. de Lisboa; Rui Namorado, doutor em direito; Fac. De Economia da Univ. de Coimbra.